



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DEMOCRACIA E INDETERMINAÇÃO: A SOCIEDADE A MERCÊ DO CAPITAL FINANCEIRO

Aline Lima de Oliveira*
(UFRRJ)

Viviane Almeida Rezende**
(GEPEASE-UFS).

RESUMO

Este artigo discute a importância da participação e da mobilização social como ferramenta de mudança da sociedade antidemocrática e subversiva ao capital financeiro e suas desigualdades, como forma de superação do sistema hegemônico vigente. Para a análise deste trabalho, são utilizadas algumas discussões trazidas por Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, que são fundamentais para o entendimento do processo autocrático e desenvolvimentista brasileiro. Diante da atual conjuntura política que o Brasil vive, percebe-se que o conservadorismo teria feito emergir uma sociedade de classes que não consegue abrir-se à participação igualitária de todos os seus membros. Neste sentido, a participação social deve ser entendida como forma de reestruturação e reinvenção da política, para que ela possa ser (re)pensada e (re)construída em pilares verdadeiramente democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Participação Social, Mobilização Social.

* Discente bolsista CAPES/REUNI do Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc/UFRRJ; É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade- GEPEADS e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe – GEPEASE, Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura pela UFS; E-mail: aline_limadeoliveira@yahoo.com.br.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE-UFS). E-mail: viviane_biologia@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

A partir do livro “A Era da Indeterminação”⁴⁰⁶ de Francisco de Oliveira e Cibele Salibé Rizek, que trata do círculo vicioso do “estado de exceção permanente” que nos condena à barbárie, diante da impossibilidade incontornável de combinar capitalismo, república e democracia - impossibilidade vivenciada cotidianamente pelos brasileiros, foi possível abrir caminhos para a discussão deste texto. A discussão apresentada neste artigo busca refletir sobre o silenciamento da participação e das lutas sociais, que ocorre num momento em que amarga as repercussões do neoliberalismo no Brasil.

Harvey (2006) e Oliveira (2007) afirmam que vivenciamos no capitalismo atual um contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos. Esse contexto de indeterminação, apontado por Oliveira (2007), indica que as linhas entre classe e representação, bem como entre interesses e representação não estão claras, pois “as relações são difusas e indeterminadas” (OLIVEIRA, 2007, p. 38). Sofrendo as consequências e as repercussões da década, iniciada em 1990, de “desertificação neoliberal”, que se configurou como uma “época de informalização” e “devastação social” no Brasil (ANTUNES, 2005), há hoje uma incerteza, uma dificuldade de identificação, ou, nas palavras de Oliveira (2007, p. 24), há “uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro”.

Esses processos ofuscam a consciência que os movimentos poderiam ter de sua própria práxis e, por isso, dificultam a articulação orgânica entre os movimentos sociais, num projeto político que, de fato, represente uma contra-

⁴⁰⁶ Utiliza-se aqui esta expressão “Era da Indeterminação”, seguindo a perspectiva de Francisco de Oliveira apresentada em “Política numa Era de Indeterminação: Opacidade e Reencatamento” (OLIVEIRA, 2007), que se deu a partir do governo Collor, sendo marcada pela “financeirização” do capitalismo, explosão da dívida externa, perda da centralidade do trabalho e autonomização do mercado, provocada pela Terceira Revolução Industrial.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

insurgência aos territórios do capital, isto é, que seja uma luta a mais pela construção de uma nova sociedade.

A crítica ao modelo democrático liberal não se restringe apenas a ausência de democracia, mas a sua insuficiência e ineficiência, no que diz respeito à teoria e prática de tal modelo. Dessa forma, a renovação da teoria democrática apóia-se na formulação de critérios de participação, que vão além do voto, conduzindo a uma nova ação política, uma ação participativa, que pressupõe aprendizado e construção coletiva.

O que vem ocorrendo é a supressão e acomodação dos conflitos (CANDIDO, 1970), em que a exceção é a norma para a periferia, ou seja, a população torna-se massa de manobra (oprimida), naturalizando as suas desigualdades e homogeneizando a igualdade, concretizando uma regressão social do “todos contra todos”, de superação do pensamento coletivo pelo individualismo, reduzindo-se os espaços públicos de discussão. A partir de então muitos cruzam os braços na perspectiva de conformação de que a vida é assim mesmo, e nada se faz para mudar ou se quer resistir a regras que vem de cima para baixo, na espera e confiança de que seus representantes políticos saberão o que fazer. Quando, na verdade, o poder de mudança deste “estado de recessão” não está nas mãos dos “nossos representantes políticos”, mais nas mobilizações sociais que reivindicam e vislumbram mudanças sociais efetivas, ou seja, na pressão social da ação coletiva em sua dimensão política, inclusive de ampliação do espaço público, onde se efetiva a participação plena, aqui reivindicada.

Assim, pode-se afirmar que, apesar de alguns avanços, a participação cidadã associada a um projeto de ampliação da esfera pública depende da capacidade de cada sociedade para ampliar a institucionalidade pública e para fortalecer a sociedade civil. Por isso, assim como afirma Brandão (2005), na perspectiva participante o importante é conhecer para formar pessoas populares motivadas a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos e, não apenas, para resolverem alguns problemas locais restritos, isolados e/ou descontextualizados.

Democracia na Era da Indeterminação

Realizaremos um levantamento histórico simples, rápido e esclarecedor de como a sociedade brasileira chegou ao limite do capital, incorporando fielmente o capital financeiro externo como fator de crescimento e desenvolvimento. Assim, utilizaremos algumas ideias de Florestan Fernandes buscando uma retrospectiva histórica, que persegue o “mundo moderno”, complementando com discussões de Chico de Oliveira, acreditando em uma continuidade dos fatores sociais que hoje resultam no caos político e econômico que a sociedade se encontra.

A burguesia dos países subdesenvolvidos, com a irradiação do capitalismo a partir da Revolução Francesa, defronta-se com os riscos de revolução nacional em estado de pânico, como se esta fosse uma “catástrofe nacional” (FERNANDES, 1995, p. 126). Diante disso, como a burguesia não podia impedi-la, “movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do mundo moderno, convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária.” (Ibidem, p. 126)

Assim para atingir seus fins, a dominação burguesa dissocia a revolução econômica da revolução política, o que faz com que a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário do poder de classe, que elimina, de fato ou de direito (ou de fato e de direito), o resto da sociedade do espaço político e supre os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social (Ibidem, p.126).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Através da dissociação entre os dois processos, desenvolvimento econômico e político, permitiu-se a aceleração do ritmo de crescimento econômico, em direção ao industrialismo, enquanto no campo político se dava a “contra-revolução”⁴⁰⁷, na qual o Estado torna-se repressivo e autoritário. A partir de então, a democracia se equaciona a favor das elites, com privilégios políticos, sociais e econômicos, enquanto à margem se encontra a classe subalterna, representando quase três quintos da população brasileira, que vive na miséria, favorecendo a desigualdade e tornando-a realidade passiva.

É diante desta situação que se revela o “capitalismo dependente”⁴⁰⁸ que, acelera o crescimento econômico, aumentando a distancia entre a classe dominante e a dominada. Em nível social, preserva e/ou agrava as funções da desigualdade, expandido o regime de classes propriamente dito. Já a nível político, se limita a identificar essas estruturas com a dominação autocrática da burguesia.

A partir desta realidade Fernandes (1995) defende que lutar pela democracia vem a ser muito mais importante do que aumentar o excedente econômico e aplicá-lo politicamente. No entanto, não é possível visualizar este tipo de iniciativa. As forças populares se calam diante do “mundo moderno” e das suas ilusões de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Esta passividade, da maioria, diante dos agravantes da desigualdade é refletida inclusive nas escolas, que atua na formação de massas passivas e alienadas.

⁴⁰⁷ A “contra-revolução” juntamente com o sistema “autocrático”, no caso brasileiro, são considerados por Florestan Fernandes produto da inevitável modernização tardia.

⁴⁰⁸ Florestan por meio do seu conceito de capitalismo dependente trata, antes de mais nada, de capitalismo, e, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido, este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

É diante desta situação que se instala o “estado de exceção”⁴⁰⁹ colocado por Oliveira (2007), em que capital e trabalho são patrimonialistas, inimigos do povo, em sua imprecisão. Dessa forma, a partir do “desmanche” e da repressão política, a sociedade brasileira se desconfigura resultando em uma espécie de guerra de todos contra todos, cristalizando-se sobre o capitalismo externo e suas consequentes desigualdades.

As contradições decorrentes da ausência de democracia política efetiva em uma república de inspiração liberal-oligárquica só poderiam ser resolvidas à medida que o controle do processo de mudanças sociais fosse democratizado. Ou seja, seria necessário que a política deixasse de ser privilégio de uma elite e passasse a operar de acordo com as normas típicas de uma ordem social participativa. Esse quadro, no entanto, só poderia se realizar quando o povo emergisse em cena e passasse a participar da história como sujeito. Falta, portanto, à democracia brasileira o seu elemento central: o cidadão. Para isso, eles precisariam adquirir consciência da importância de sua atuação política.

Nesse sentido, Fernandes (1995) assevera que a democracia não significa somente uma forma de organização política, mas uma forma de organização social. Como organização social, a democracia deveria permear todas as esferas da vida em sociedade, não se tratando, portanto, apenas de circulação e criação de elites, mas de um estilo de vida, isto é, a democracia deixaria de ser representativa passando a ser participativa. Isto é, a atividade democrática social dar-se-ia como luta social e, politicamente, como um contra-poder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUÍ, 1995).

O Sentido da Participação e os Movimentos Sociais

⁴⁰⁹ Estado de exceção que o capital e o trabalho são patrimonialistas, inimigos do povo, em sua imprecisão, beneficiando o neoliberalismo e as forças promotoras do desmanche, e tornando-se regra geral (SANTOS, 2007).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Entendemos que a participação hoje é (re) significada na esfera do senso comum e está presente nos discursos políticos, científicos e empresariais, sendo considerada como superação dos males da sociedade em prol de aspectos positivos de cidadania, democracia, inclusão social, entre outros. No entanto, como afirma Sawaia (2001, p. 119) a respeito do termo, “em uma observação empírica mais detalhada, o que mais se evidencia é a polissemia”.

Por isso, torna-se tão importante (re) pensar e disputar o sentido de participação, não como a soma de ações individuais, mas sim como uma ação transformadora e emancipatória que, em um “movimento coletivo conjunto”⁴¹⁰, vai além da soma das partes (GUIMARÃES, 2004). Isto é, trata-se de um tipo de participação que assume uma práxis individual e coletiva em busca da superação da “ideologia dominante”⁴¹¹; em busca da construção da justiça político-social.

Privilegiar o trabalho coletivo implica discutir, por exemplo, algumas relações de poder institucionalizadas, partindo desde a revisão dos processos de tomada de decisões até a reflexão sobre uma relação menos hierarquizada entre saberes, de forma que possamos garantir a participação máxima de todos os atores. Privilegiar o coletivo implica diretamente a extinção de privilégios individuais, ou seja, implica repensar a atual organização social e suas relações de produção e consumo.

Entre as formas de participação, encontram-se os movimentos sociais que “possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária” (SCHERER-WARREN, 2001, p. 41).

⁴¹⁰ Termo criado por Guimarães (2004), que na redundância tenta reforçar a idéia de que não se constitui um movimento que agrupa forças individuais de forma aditiva e sim, um movimento complexo de ação conjunta que produz sinergia.

⁴¹¹ A expressão utilizada remete a termos utilizados por Marx e Engels, por exemplo, na obra em “A ideologia Alemã”.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

No entanto, não podemos confundir movimentos sociais somente com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, com uma passeata, pois estaríamos simplificando as ações destes. Os movimentos sociais ocorrem quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos, partindo da mobilização e da participação dos comuns. Assim é possível entender que

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. Assim estas desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir de base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública estatal, e não-estatal e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 1997, p. 251).

Diante do desmanche⁴¹² político e social que vivemos, em que se pratica mais coerção que consenso, reforçando a queda da fórmula gramsciana, sendo a coerção resultado da “autonomização do mercado”⁴¹³, que gera violência, através da regressão social, não se viabiliza o pensamento coletivo.

⁴¹² “O desmanche desmontou o tripé empresas estatais - privadas nacionais - multinacionais, transformou o estado numa espécie de refém do novo poder econômico financeirizado, provocou desindustrialização, destruiu empregos maciçamente, quebrou o mercado formal do trabalho como referencia, detonou a força dos sindicatos” (SANTOS, 2007, p. 293).

⁴¹³ A “autonomização” quer dizer que não há regras mercantis, é o mercado para além de si, em que não se fixam contratos (OLIVEIRA, 2007, p. 37).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

As políticas assistencialistas, que são na verdade políticas de funcionalização da pobreza, são a contraparte desse movimento de verdadeira liquidação da classe em curso no desenvolvimento brasileiro [...] A erosão da base classista e a não-representatividade dos partidos e outras organizações políticas, como os próprios sindicatos, produzem um curto-circuito que é fatal para a política e para o exercício de governo (Idem, p. 37).

Em outras palavras, a iniciativa dos brasileiros parece estar adormecida. Muita gente está de braços cruzados, debruçada na janela vendo a história passar. Essa passividade e imobilismo aqui referido é fruto também de uma concepção hegemônica diretiva, assistencialista e monológica do sistema aristocrático brasileiro. O que nos leva a crê que os rumos do Brasil, em geral, sempre foram ditados “de fora para dentro e de cima para baixo” (Ibidem, p. 40), reforçando a ideia de “estado de exceção”.

Refletindo sobre tudo isso, destacamos a importância da compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, aliada ao saber de que mudar é difícil, mas possível, aliada à possibilidade de que os excluídos, ou não, da história se organizem e se engajem na luta para modificar a realidade, e, portanto, fortalecendo a constituição dos movimentos sociais, a exemplo da “Pedagogia Libertadora de Freire”. Quando o sujeito social inicia a construção de sua consciência crítica, o faz numa prática social histórica (FREIRE, 2000).

Desse modo, consciência crítica é uma situação de transformação do sujeito social, de suas relações materiais com os outros e com o mundo. É um processo de transformação do modo de pensar e agir em que a ação individual e coletiva se imbricam em uma nova forma de ser e estar no mundo, superando a regressão social fundada no neoliberalismo que reafirma o paradigma disjuntivo do indivíduo, fundado nos pilares da “era da indeterminação”, e, conseqüentemente, submetido a lógica do mercado e do Capital. Concretizando a participação como



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

exercício de cidadania individualizado (cada um fazendo sua parte) e de um cidadão consumidor, que exclui grande parcela de não consumidores superando a regressão social. Oliveira (2007, p. 43) nos chama a atenção, salientando que a indeterminação não significa o estancamento das experimentações inventivas; quer dizer apenas que elas ainda não cristalizaram o campo de conflitos dentro do qual os atores devem se movimentar doravante.

Consideramos que a consciência crítica é uma situação de transformação do sujeito social, de suas relações materiais com os outros e com o mundo. O que se propõe é o novo. Não obstante fazer diferente não seja espontâneo; fazer diferente requer organização, liderança, intenção crítica, utopia, um ideal.

CONCLUSÕES

Estamos diante de uma sociedade repressora, em que os movimentos coletivos perderam seus referenciais de luta, cristalizando-se sobre o capitalismo externo, apontando, assim, para o declínio da participação social e do exercício da democracia.

Dessa forma, torna-se importante resgatar o sentido da participação e da democracia, principalmente a partir das ações dos movimentos sociais capazes de gerar inovações na esfera pública estatal e privada contribuindo, assim, para mudanças significativas na sociedade, que vem sendo guiada pelos interesses da classe dominante, simplificadora da ação coletiva em sua dimensão política. Passando a reafirmar uma mera participação de indivíduos somados, “cada um fazendo sua parte”, sentidos esses que reforçam o processo hegemônico⁴¹⁴ e, na

⁴¹⁴ O sentido de processo hegemônico aqui colocado é o que deriva da obra de Gramsci aplicado ao entendimento do modo em que a burguesia constrói, estabelece e mantém o seu domínio. A hegemonia extrapola os interesses meramente econômicos imediatos e se entrelaça aos políticos e culturais (GRAMSCI, 1978).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

cooptação, ressignificam os valores contra-hegemônicos de participação⁴¹⁵. Assim, compreendemos que a participação social deve ser entendida como forma de reestruturação e reinvenção da política, para que ela possa ser (re)pensada e (re)construída em pilares verdadeiramente democráticos.

Para que essas mudanças ocorram, faz-se necessária a articulação dos sujeitos coletivos com presença na cena pública, fortalecendo a representatividade das organizações sociais e sua interação com o governo através dos canais de governança democrática. Tendo em vista os fatores sociais, econômicos e políticos que envolvem o fortalecimento do Estado e o fortalecimento da sociedade civil, os desafios para a democratização brasileira estão diretamente relacionados a um novo projeto de cidades articulado e associado a um novo projeto de nação (BAVA, 2005, p. 37). Neste sentido, é importante produzir uma análise crítica da nossa realidade, bem como gerar propostas de novas políticas participativas, sabendo interpretar corretamente os sinais de insatisfação e de mobilização social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- BAVA, S. C. Democracia e participação. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- BOAVENTURA, S. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal (Coimbra), n. 78, p. 3-46. out. 2007.

⁴¹⁵ Consideram-se como valores contra-hegemônicos aqueles que valorizam a participação e a diversidade como posturas políticas e ideológicas e que se originam da constituição do embate hegemônico e da disputa de sentidos defendidos por Gramsci. Nesse sentido, as mudanças partem de ações coletivas e não individuais (BOAVENTURA, 2007).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos jovens**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- CANDIDO, A. Dialética da Malandragem caracterização das Memórias de um sargento de milícias. In: **Revista do Instituto de estudos Brasileiros**, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.
- CHAUÍ, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- FERNANDES, F. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GOHN, M. G. M. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: ____; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15 - 45.
- ____. de; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, L. G. de. Brasil Contemporâneo: Estado de Exceção? In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. S. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 258 - 325.
- SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 115-134.
- SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e Participação. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001, p. 115-134.